

**PARECER JURÍDICO 044/2020.  
PROCESSO Nº 103/2020.  
SOLICITAÇÃO 1890/2020.  
TOMADA DE PREÇO Nº 004/2020  
INTERESSADO: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**Ementa:**

**I. PARECER JURÍDICO REFERENTE À  
TOMADA DE PREÇO Nº 103/2020 QUE  
TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE  
EMPRESA ESPECIALIZADA PARA  
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉT.**

Senhora Presidente da Comissão Permanente de Licitação,

**I. RELATÓRIO**

Trata-se de consulta relativa ao Processo Licitatório nº 103/2020, Tomada de Preços - Menor Preço Global, com vistas à contratação de Empresa Especializada para execução de serviços elétricos para extensão DRU de baixa e alta tensão para iluminação pública em diversas ruas e avenidas do Município de Alto Garças - MT.

O processo veio instruído, dentre outros documentos, com o Instrumento Convocatório da Licitação, Projeto Básico. Projeto Arquitetônico. Memorial Descritivo, Especificação técnica. Planilha Orçamentária.

Este é, em síntese, o relatório.

**II. FUNDAMENTAÇÃO**

Em sede preliminar, destacamos que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data nos autos do processo administrativo em epígrafe, incumbindo a este órgão prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados, prerrogativa que cabe ao gestor público ao amoldar as orientações em tese ao caso concreto.

Considerando a presente licitação na modalidade de Tomada de Preço, que tem por objeto a contratação de serviços que se enquadram no conceito de obras ou serviços de engenharia, para fim de constatação dos limites legais para a modalidade de licitação a ser adotada. No magistério de Jessé forres Pereira Júnior, in "Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública". Editora Renovar, página 146, encontra-se a seguinte definição para Obras e Serviços de Engenharia:





**PREFEITURA  
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020



*"Por obras e serviços de engenharia devem ser entendidos aqueles compatíveis com as atividades e atribuições que a Lei federal n 5.194. de 24.12.66, art. 7º, reserva privativo dos profissionais de engenharia, arquitetura e agronomia, a saber: "planejamento em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária: estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica: ensino, pesquisas, experimentação e ensaios; fiscalização, direção e execução de obras e serviços técnicos, produção técnica especializada, industrial ou agropecuária".*

Portanto, acertada a escolha da Comissão de Licitação pela modalidade Tomada de Preço, eis que a obra objeto do certame, no valor estimado de R\$ 658.929,18 (seiscentos e cinquenta e oito mil, novecentos e vinte e nove reais e dezoito centavos), encontra-se dentro dos limites legais indicados na alínea "b" inciso 1º, art. 23 da Lei 8.666/93. atualizado pelo decreto federal nº 9.412/2018. adstrito ao valor máximo de R\$ 3.300.000.00 (três milhões e trezentos mil reais).

Em relação ao edital, tem-se que o mesmo fora elaborado em conformidade com o regramento licitatório, uma vez que as especificações do objeto, descrições e vigência da contratação foram devidamente atendidas.

A Minuta do Contrato foi elaborada de acordo com o ordenamento jurídico vigente.


Por fim, recomendamos que o Projeto Básico siga a Resolução Normativa nº 39/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, onde a mesma estabelece parâmetros técnicos mínimos para a elaboração de projetos básicos de obras públicas.

## II CONCLUSÃO

Dessa forma, desde que atendidos os pressupostos legais e recomendações acima, em especial quanto à publicidade do certame, requisito essencial à preservação do seu caráter competitivo, opinamos favoravelmente ao prosseguimento do processo licitatório.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Alto Garças, 03 de agosto de 2020

  
Jesse Rodrigues de Oliveira  
PROCURADOR JURÍDICO  
OAB/MT 25.794/O

